

A participação da comunidade no estudo das práticas devocionais e culturais da Foz do Douro¹

Marisa Pereira Santos

FLUP/Doutoramento em Estudos do Património (DEP)

marisaflup02@gmail.com

Resumo

A definição de património cultural é um campo abrangente. A congregação dos vários elementos da cultura faz-nos refletir sobre práticas culturais que vão para além do património edificado e artístico. De facto, a cultura é um fenómeno universal que pode surgir em qualquer lugar e época desde que exista a presença humana. No processo de identificação e valorização do bem patrimonial é essencial a participação da comunidade. Esta apresenta-se enquanto agente ativo na coprodução patrimonial. Quando um investigador estuda um determinado bem patrimonial, material ou imaterial, é essencial compreender-se o seu enquadramento atual dentro da comunidade a que pertence. Tal só é conseguido se houver um envolvimento da mesma em todo o processo. Não raras vezes, é a comunidade que fornece fontes essenciais ao investigador, através de entrevistas, as quais permitem o registo da memória oral, e/ou documentação visual e escrita, muitas vezes inéditas. Tal participação está nitidamente patente no presente processo de investigação das práticas culturais e devocionais da Foz do Douro. Assim, este capítulo pretende dar a conhecer o envolvimento desta comunidade no estudo da Procissão do Senhor dos Passos, do Cortejo de S. Bartolomeu e da Banda Marcial da Foz do Douro, cujos membros são, também eles, testemunhas da própria história do grupo.

Palavras-Chave: Foz do Douro, Coprodução patrimonial, Identidade, Memória coletiva

The community participation in the study of devotional and cultural practices in Foz do Douro

Abstract

The definition of cultural heritage brings together the several elements of culture and makes us reflect on cultural practices that go beyond the built and artistic heritage. In fact, culture is a universal phenomenon that can arise anywhere and in any time as long

¹ O presente artigo é parte da investigação de doutoramento em curso, subordinada ao tema “S. João Baptista da Foz Douro: Território, Devoção e Práticas Religiosas e Culturais (Séc. XV-XX)”, que conta com o apoio de uma bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia, referência SFRH/BD/145807/2019.

as human presence exists. In the process of identifying and valuing the heritage asset, the community participation is essential, which is an active agent in the heritage co-production. When an investigator studies a particular material or immaterial asset, it is essential to understand its current framework within the community to which it belongs. This is only achieved if it is involved in the process of researching, valuing and safeguarding the good. Not infrequently it is the community that provides the researcher with essential sources through interviews, that allow the registration of oral memory, and often unpublished written and visual documentation. Such participation is clearly evident in the current process of investigation of Foz do Douro's cultural and devotional practices. This chapter intends to make known the involvement of this community in the study, in particular, of the Procession of Senhor dos Passos, the S. Bartolomeu Parade and the Foz do Douro Martial Band, whose members are also witnesses of the history of the group.

Key-words: Foz do Douro; Heritage co-production; Identity; Collective memory

Introdução

Cada vez mais se torna imperativo o alargamento da definição de património cultural, que atualmente abrange bens materiais e imateriais. Cabe à comunidade a sua seleção, valorização, ativação e salvaguarda. Este processo de *patrimonialização* resulta da construção social de diferentes representações culturais que, quando ativadas denotam valores patrimoniais, permitindo evidenciar-se o papel das comunidades locais na coprodução do património e na construção e transformação do *genius loci*. Como nos referia Carlos A. F. Almeida (1998: 2): “património é tudo o que tem qualidade para a vida cultural e física do homem e tem notório significado na existência e na afirmação das diferentes comunidades (...)”. Assim, o termo património apresenta-se em duplo sentido, enquanto valor de identidade e de memória para uma comunidade e enquanto qualidade de vida.

O processo de reconhecimento de um bem patrimonial necessita de investigação por parte de um profissional. Contudo, poucos são os estudos que refletem sobre a ação das comunidades no processo de pesquisa de um investigador. De facto, o processo de reconhecimento patrimonial deve inserir-se numa pesquisa-ação, pois a comunidade participa no decurso da investigação e transforma-se também ela num agente de coprodução patrimonial. Na generalidade, o relato desta participação surge no âmbito de relatórios científicos de projetos, tais como *Festa da Gastronomia nas Aldeias do*

Algarve: Projeto de dinamização regional [s.d] de Maria Amaral ou *O que comiam os nossos avós? A alimentação no sotavento Algarvio: projeto educativo com a comunidade em Vila Real de Santos António* [s.d] de Catarina Oliveira.

Para compreendermos o papel das comunidades na investigação e posterior valorização do património é essencial a leitura de textos que abordem o conceito de património, nomeadamente *Património: o seu entendimento e a sua gestão* (1998), de Carlos Alberto Ferreira de Almeida; *A Alegoria do Património* (1999), de Françoise Choay; e *Hestión del Patrimonio Cultural* (2001), de Josep Ballart Hernández e Jordi Juani Tresserras. Torna-se, também, imperativa a compreensão do binómio Memória e Património, perceptível através dos textos: *Os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. Memória e Patrimônio* (2003), de Regina Abreu e Mário Chagas e *Memória e Família* (1989), de Myriam Barros; mas também da importância da educação patrimonial patente em *Guião Básico da Educação Patrimonial* [s.d] de Maria Horta; *Educação Patrimonial nas Escolas (...)* [s.d], de Allana Moraes; *Educação Histórica e Património* (2011), de Maria Pinto ou *Educação Patrimonial: Histórico, Conceito e Processos* (2014), do IPHAN. Ligado ao conceito de Memória Coletiva é essencial a leitura de: *Como as Sociedades Recordam* (1989), de Paul Connerton e *Memória Coletiva* (1990), de Maurice Halbwachs. Contudo, esta abordagem não ficaria completa sem a leitura de normas, convenções e leis, destacando-se *Carta Internacional sobre Turismo Cultural* (ICOMOS, México, 1999); *Convenção Quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do Património Cultural para a Sociedade* (Conselho da Europa, Faro, 2005); *Declaração: O Património como valor estratégico e oportunidade nacional* (ICOMOS, Lisboa, 2008) e *Lei Base do Património Cultural Português 107/2001*.

Compreendemos que, não raras vezes, é a comunidade quem fornece fontes essenciais ao investigador através de entrevistas e/ou documentação visual e escrita, muitas vezes inéditas. É através do registo da memória oral individual, que se insere numa macro-história de carácter coletivo, que é possível compreender as práticas culturais e devocionais da Foz do Douro, particularmente no que se refere à Procissão do Senhor dos Passos, ao Cortejo de S. Bartolomeu e à ação cultural da Banda Marcial da Foz do Douro, cujos membros são, também eles, testemunhas da própria história do grupo. Neste capítulo não pretendemos analisar e apresentar conclusões sobre estas práticas, mas sim refletir sobre o processo de investigação e em particular sobre a

participação da comunidade, que se afirma como um agente ativo na coprodução de conhecimento.

1. A memória da comunidade: a valorização de patrimónios locais

Ao longo do tempo, a comunidade de um território escreve a sua crónica, produzindo uma macro-história social, ou seja, uma memória coletiva. Paul Connerton (1989: 1) questiona “como se transmite e conserva a memória dos grupos?”. O autor defende que o termo *grupo* é flexível. Pode referir-se a pequenas comunidades, centralizadas em aldeias ou clubes regionais, onde todos se conhecem, ou a uma grande comunidade, onde face à extensão territorial é impossível os indivíduos se conhecerem pessoalmente. Apesar destas duas possibilidades interpretativas José Manuel Sobral (1998: 38) lembra que “o passado que recordamos é ao mesmo tempo individual e social, mas temos da memória uma «consciência» de algo especificamente nosso. São nossas as alegrias e as dores, a infância, a adolescência e a idade adulta, e recordamos enquanto indivíduos acontecimentos públicos”. Consequentemente, a memória coletiva está intimamente ligada ao conceito de identidade, do ponto de vista sociocultural.

Segundo a *Carta de Cracóvia* (2000), o conceito identidade “entende-se como a referência coletiva englobando, quer os valores atuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado” (Conselho da Europa, 2000: alínea d). A noção de identidade é então uma dimensão socialmente elaborada, que se associa a uma trajetória individual, ou seja, à vida de um indivíduo em particular (Sobral, 1998: 40). Assim, “enquanto a memória contribui para a manutenção da identidade do grupo, é a identidade do grupo que permite a construção da memória coletiva. Em cada momento do presente ela funciona como uma representação do passado” (Almeida, 2016: 21). Neste processo, os bens culturais são elementos essenciais para a construção do carácter identitário, ao mesmo tempo individual e coletivo, fomentado de geração em geração. Numa primeira instância entendia-se cada geração como herdeira e proprietária de um conjunto de bens materiais. Françoise Choay (1999: 11) apresenta o termo património como uma “(...) bela e muito antiga palavra, na origem, ligada às

estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”. No seu sentido atual, esse herdeiro surge como um depositário e devedor perante os seus antepassados. O Património afirma-se como “un activo valioso que transcurre del pasado al futuro relacionando a las distintas generaciones” (Ballart Hernández e Tresserras, 2001: 12).

Segundo a *Declaração: O Património como Valor Estratégico e Oportunidade Nacional* (ICOMOS, 2008), o património:

Trata-se de um ativo de que cada geração, presente e futura, se deve considerar como fiel depositária e cuja amplitude transcende a esfera estritamente nacional. Não podemos considerar-nos donos de tudo quanto nos foi coletivamente legado e que pertence em grande medida a quem nos antecedeu, cabendo-nos a nós apenas reparti-lo com os nossos contemporâneos e com quem nos há de suceder. Cuidar e desenvolver o património cultural, muito mais do que uma decorrência da lei, nacional, europeia ou universal constitui, pois, um imperativo civilizacional e de cidadania. (ICOMOS, 2008: 1)

Por sua vez, a *Lei de Bases do Património Cultural Português* (107/2001) especifica como uma das finalidades da proteção e valorização do património cultural a criação e promoção da noção de “identidade cultural comum da Nação portuguesa e das comunidades regionais e locais a ela pertencentes e fortalecer a consciência da participação histórica do povo português em realidades culturais de âmbito transnacional” (Lei nº107/2001, 8 setembro, art.º 12º, 1 alínea b).

Face a todas estas referências, compreendemos que os bens patrimoniais se apresentam como um “testemunho da cultura local à qual pertencemos e um instrumento para o conhecimento da civilização de que descendemos” (Tinoco, 2012: 104). Para adquirirem este carácter de testemunho cultural, constituinte de uma herança passível de ser preservada, é necessário o seu reconhecimento por parte da coletividade, que deve estar consciente e sensibilizada para a sua valorização, salvaguarda e proteção. Esta seleção e definição do património cultural depende das ideologias e valorizações sociais de cada época, assim como das relações mantidas com as dimensões do passado – memória e história – que levam à construção de uma identidade comum. Assim, os bens patrimoniais não podem ser olhados como uma recordação, pois têm de apresentar valores prospetivos, ou seja, devem continuar a merecer estarem presentes na contemporaneidade, prestando serviços de cultura e referência.

Enquanto legado, os bens culturais exigem a sua identificação e posterior investigação, o que implica inevitavelmente a sua valorização. Não raras vezes, para a identificação destes bens recorre-se ao registo da memória oral. A comunidade surge então como “(...) uma testemunha que vem depor sobre aquilo que viu, diante do “eu” que não viu atualmente, mas que talvez tenha visto no passado (...)” (Halbwachs, 1990: 25). Após a identificação e investigação inicia-se o processo de proteção e salvaguarda. Para tal torna-se essencial a elaboração de um levantamento, inventário e catalogação que culminará numa possível classificação, contemplada no Artigo 16º da *Lei de Bases do Património Cultural Português* (107/2001). Após as medidas tomadas para a sua valorização, o bem deve ser difundido e transmitido o conhecimento nele contemplado. Ele converte-se, assim, num produto patrimonial, cuja divulgação deve assentar na comunicação com o público, como nos refere a *Carta Internacional sobre Turismo Cultural* do ICOMOS (México, 1999). Este documento aborda a importância da comunicação do significado do bem junto das comunidades anfitriã e visitante, levando à consciencialização para a conservação deste legado.

Esta ação de comunicação deve ser o mote para a implementação de projetos de educação patrimonial, direcionados às várias faixas etárias. Esta dimensão participativa deve ser entendida como um processo permanente e sistemático a partir do contacto direto, centrado no património cultural enquanto fonte para o conhecimento coletivo e individual. Fomentando-se este contacto com os bens patrimoniais, cria-se a oportunidade de se conhecer, através da interpretação dos vestígios tangíveis e intangíveis, pessoas, lugares, acontecimentos e épocas. Este processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de herança cultural, deve capacitar a população para um melhor usufruto destes bens (Horta et. al., [s.d]: 4).

2. A ação da comunidade da Foz do Douro no processo de investigação

A memória oral coletiva e o sentido de inclusão da comunidade no seu território, ou seja, o apelo ao sentimento identitário, são uma mais-valia para o investigador da história e do património. O fator tempo é também uma condicionante importantíssima quando relacionamos os binómios memória e património. Segundo P. Connerton (1989: 14), “a consciência individual do tempo é, em grande medida, uma percepção da

continuidade da sociedade ou, mais exatamente, da imagem dessa continuidade que a sociedade cria”. Consequentemente a memória pessoal influencia a memória coletiva.

Segundo Marta Sofia Costa (2016: 18):

A par da memória coletiva, está a pessoal responsável por moldar a personalidade de cada um de nós e, conseqüentemente, esta influência a sociedade de que o indivíduo faz parte. Deste modo, um mesmo sujeito concentra em si dois níveis de recordações que concorrem para a formação da sua 'história': uma que o define enquanto ser único, onde o passado individual é valorizado, e outra enquanto ser social e detentor de uma identidade comum, que o faz ter a sensação de pertença a um determinado grupo.

O historiador regista e interpreta os vestígios da ação passada das atividades do homem. Paul Connerton (1989: 16) defende que,

Tal significa que os historiadores agem dedutivamente, investigam os testemunhos(...) de forma a satisfazer os critérios de verdade histórica do historiador. (...) O seu pensamento é autónomo perante o testemunho no sentido em que possuem critérios de referência nos quais assenta a crítica do testemunho.



Fig.1 –Vista sobre o altar dedicado ao Ecce Homo na Igreja Paroquial da Foz do Douro. Santos, Marisa (2019); Canon 750D

Outro exemplo são as pinturas visíveis no chamado *Corredor dos Bispos*, assim designado por se tratar do corredor que dá acesso ao quarto reservado ao Bispo quando este se desloca em visita à Foz do Douro. Estas pinturas sobre madeira, que relatam a temática da Paixão de Cristo, foram encontradas durante a campanha de reconhecimento e valorização levada a cabo pelo pároco Rui Osório. Face aos danos que apresentavam, estas placas sofreram restauro, executado pela empresa *Imemorial-atelier De Conservação E Restauro De Arte, Lda*. Quando cruzamos elementos de leitura como dimensão, orientação vertical das peças e a temática representada com a informação escrita no século XIX, podemos levantar a hipótese de

que se trata das pinturas sobre madeira que pertenciam aos Passos da Foz. Segundo testemunhos, que mais tarde se confirmaram com a documentação presente no processo de classificação dos Passos do final do século XX, estas peças foram retiradas devido ao seu estado de conservação e ao desuso em que caíram as estruturas, dado o término da procissão na década de 1970.

Segundo os testemunhos orais recolhidos terá sido por ordem do pároco Manuel Dias da Costa (1936-1974) que a talha do arco triunfal foi retirada, conservando-se hoje apenas o brasão da ordem, atualmente localizado no coro alto. Este cobria a pedra d'armas da ordem beneditina ainda presente no arco. Desconhece-se o paradeiro do restante trabalho em talha. Terá sido por ordem do mesmo pároco que foram retiradas ou tapadas as pinturas do teto da capela-mor. Segundo os testemunhos recolhidos, o teto era todo pintado com imagens de santos. Apenas pessoas na faixa etária dos 90 anos de idade se lembram deste pormenor. Contudo, desconhecem se se tratava de pintura moral ou sobre madeira, articulada com trabalho em talha. É de referir que estes relatos foram levantados perante um grupo de indivíduos, o que poderá ter afetado alguns dos depoimentos. Sem registos documentais que comprovem estas afirmações é extremamente difícil atestarmos a veracidade desta memória, que poderá ter sido influenciada pela passagem do tempo.

Devemos ainda referir a anterior existência de um retábulo em talha dourada no atual altar da Senhora da Luz, localizado junto à porta de entrada do lado da Epístola. Este foi retirado no final dos anos de 1980, por ordem do padre Joaquim Fernandes da Fonseca (1988-2005), e levado a decorar o altar-mor da Capela de Santa Anastácia. Nesta época, este espaço sofreu várias reformas, nomeadamente a perda do revestimento azulejar interior e exterior e do retábulo do altar-mor azul e branco, semelhante ao que ainda se encontra na Capela da Senhora da Conceição. O retábulo azul e branco do altar-mor da capela de Santa Anastácia foi recolhido num barracão pertencente à igreja, onde viria a degradar-se. Por sua vez, os azulejos foram sendo recolhidos do entulho pela população, sobrevivendo poucos exemplares, atualmente expostos na própria capela. Desconhecem-se os motivos que levaram a esta intervenção uma vez que, segundo os testemunhos recolhidos, estes elementos encontravam-se em boas condições de conservação.

Por sua vez, os atuais cadeirais presentes no coro baixo, localizado na capela-mor da igreja paroquial, eram os utilizados até ao século XIX pelos membros da comunidade beneditina. Tal era confirmado pela presença de placas de metal com a inscrição dos nomes dos monges. Estes objetos estiveram presentes no seu local original, no coro baixo, até ao final da década de 1980, época em que foram mandados retirar pelo padre Joaquim Fernandes da Fonseca (1988-2005), assim como a grade do altar-mor que dividia o espaço da nave do dito altar. Estes elementos dispersaram-se entre o coro alto e a casa mortuária da Foz do Douro. Só depois de 2007, sob a regência do pároco Rui Osório foram resgatados e intervencionados. Contudo, a memória da presença beneditina presente nos cadeirais foi apagada, uma vez que ocorreu a retirada das placas, desconhecendo-se o seu atual paradeiro.



Fig.2 – Crianças na procissão do Senhor dos Passos. Arquivo Privado. Autoria desconhecida. (c.1940-1960)

A comunidade ainda se lembra da intervenção feita pelo padre Orlando Ramos dos Santos (1974-1988), em 1985, ao chão de toda a nave. As sepulturas presentes no interior da igreja foram limpas e a terra retirada, criando-se caixotões em madeira que agora preenchem todos os espaços. Contudo, a retirada do conteúdo destas sepulturas fez com que o chão adquirisse uma nova cota, mais baixa que a original, levando a que os altares laterais se apresentem hoje em dia com um degrau de diferença.

Estas informações cruciais para o atual entendimento do interior da igreja paroquial da Foz não se encontravam documentadas, levando a que o levantamento destes testemunhos orais seja fundamental para o estudo deste edifício e da sua história. Para além destas informações, conseguidas através de entrevistas à secretária do cartório, Manuela Teixeira, devemos apontar a sua ação enquanto mediadora entre

nós e a restante comunidade. Tal criou e reforçou um elo de confiança para connosco, investigadores, permitindo-nos aceder a fontes visuais de carácter privado, que de outra forma não seria possível. Exemplo disso foi a investigação referente à devoção do Senhor dos Passos da Foz do Douro.

Numa primeira fase tencionámos compreender qual era a memória desta procissão dentro da comunidade local. Iniciamos as entrevistas com Manuela Teixeira que, rapidamente, nos conduziu pelas ruas da Foz abordando paroquianos já de avançada idade. O cruzamento das informações recolhidas quanto à possível datação da última edição da procissão, percurso e organização, foram essenciais para direcionarmos a nossa pesquisa em arquivo.

Destacamos duas destas entrevistas, nas quais nos foi possível chegar a fontes visuais. A Tia Zeza da Foz, como é conhecida, forneceu-nos fotografias pessoais da sua participação e dos filhos na Procissão do Senhor dos Passos, entre 1930 e 1970. Através desta recolha conseguimos identificar objetos de prata, nomeadamente as jarras de andor que ainda hoje existem na igreja, e personagens participantes como anjos, soldados e Maria Madalena (fig. 2). De facto, o nosso contacto levou a Tia Zeza a procurar as suas recordações de juventude e da infância dos filhos, relatando com as fotografias na mão as histórias que lhe preenchem a memória.

Chegamos, de igual forma, à conversa com Conceição Almeida, uma habitante do espaço da Foz Velha, que nos forneceu um registo fílmico, transferido para o formato digital, da procissão. Através da informação oral recolhida percebemos que nos primeiros anos deste século terá sido encontrada, numa das arrecadações da igreja paroquial, uma antiga bobine, sem referência de datação ou autoria, que continha o registo de uma das edições da procissão em honra do Nosso Senhor dos Passos. O pároco da época, Rui Osório, tomou a iniciativa de transferir este registo para suporte digital, divulgando-o num encontro aberto à comunidade, ocorrido na igreja. Terá sido neste momento que Conceição Almeida adquiriu a cópia que chegou até nós. Ignora-se quantas cópias poderão existir, mas acredita-se que esta não será a única. Apesar desta cópia derivar da iniciativa de divulgação por parte da igreja paroquial, a verdade é que esta instituição não detém atualmente nenhuma cópia deste registo. Da mesma forma desconhece-se o atual paradeiro do suporte original.

Ao visionarmos este registo compreendemos que os planos criados e os enquadramentos da câmara ou câmaras foram feitos por um ou mais indivíduos com conhecimentos técnicos da prática cinematográfica. Partindo para uma análise e associando esta fonte à pesquisa documental e aos registos orais recolhidos, compreendemos que este registo não alberga a totalidade do percurso, pois não menciona a passagem da procissão por todos os passos, apresentando apenas o da Rua Bela (04:40-05:16 min.).



Fig.3 - Procissão do Senhor dos Passos. Descida da procissão do Senhor dos Passos pela Rua Miguel de Sousa Guedes (c.1950-1970). Autoria desconhecida. Filme da procissão, 09:29 minutos. [s.d]

Tal permite concluir que algumas partes não foram filmadas ou incluídas neste registo, podendo decorrer do facto do suporte original ter partes danificadas, impossibilitando a sua transferência, ou poderá não ter sido possível registar a procissão na íntegra devido às condições logísticas. Apesar de acreditarmos que o atual suporte apenas contém parte do registo original, devemos referir a importância do mesmo para o estudo desta procissão. Consta-se uma certa escassez de fontes em arquivo e, conseqüentemente, uma carência de textos que abordem esta prática devocional da Foz no universo académico. A partir deste registo fílmico pudemos confirmar a informação recolhida pelos testemunhos orais e proceder ao levantamento de um percurso, das práticas devocionais como o ajoelhar dos crentes à passagem do púlpito, mas também identificar indivíduos como o padre Manuel Dias da Costa. Esta personagem permite-nos situar cronologicamente a fonte, entre as décadas de 1950 e 1970. Este filme confirma ainda a informação contida na documentação do século XIX que indica a saída da procissão da igreja paroquial e a presença da Banda Marcial da Foz. Assim, a imagem

em movimento permite-nos conhecer as particularidades do espaço, do tempo e das vivências, colocando-nos perante uma realidade concreta (fig. 3).



Fig.4 – Foz do Douro. Processo de confeção dos trajes do cortejo de São Bartolomeu 2019. Santos, Marisa (2019). Canon 750D

Por sua vez, no estudo do cortejo de São Bartolomeu da Foz do Douro, constata-se uma escassez de registos escritos e de textos académico que se debrucem sobre esta temática. Perante este panorama foi-nos essencial o acesso aos preparativos do cortejo de 2019 (fig. 4). Através do contacto com o grupo encarregado da organização e confeção dos trajes pertencentes à junta de freguesia recolhemos informações sobre o atual processo de preparação do cortejo, mas também relatos quanto à organização, percurso, processo de confeção dos trajes em papel e materiais utilizados ao longo do século XX, assim como a indicação da anterior participação de carros alegóricos. Esta informação foi mais tarde confirmada pela leitura de *O Progresso da Foz*, um jornal centenário elaborado pela comunidade para a comunidade. O acesso a esta documentação apenas nos foi possível graças à cedência dos exemplares por parte de Joaquim José da Silva, diretor do periódico. O contacto com estes elementos da comunidade e o aceso ao jornal permitiu-nos delinear o caminho de investigação quanto a esta prática cultural tão enraizada no território da Foz do Douro.

A comunidade afirma-se como um agente ativo no processo de reconhecimento e investigação desta prática cultural através da sua ação nas atuais edições, mas também perante a memorial oral de edições passadas.

Associada a estes eventos está a Banda Marcial da Foz que que está fortemente embebida na comunidade, desde a sua criação, a 9 de maio de 1883, pela ação do pároco José dos Santos Ferreira Moura e de Joaquim dos Santos. Esta associação promove o convívio e a participação social; a ocupação dos tempos livres através da difusão da cultura; a preservação da identidade, raízes e tradições locais e o ensino

gratuito da música. Unindo diferentes faixas etárias, esta Banda é uma importante ferramenta para a educação musical, tornando-se também um meio para a ocupação dos tempos livres, promovendo a união da comunidade e a conservação do património local e da sua identidade. Desde a sua formação, esta Banda participava sistematicamente nas procissões e cortejos, como a procissão em honra do Nosso Senhor dos Passos ou a procissão da Nossa Senhora da Luz. A Banda criava durante estes acontecimentos uma sonoridade que marcava a marcha, através das melodias dos instrumentos de sopro e pelo ritmo os bombos.

Comprendemos, assim, que o estudo sobre a Banda Marcial da Foz envolve múltiplos campos de abordagem, desde o musical, ao artístico, social e cultural, transportando consigo um conjunto de características históricas que são reveladoras de um determinado contexto, ou seja, adquire, afirma e transmite o património sociocultural do território da Foz. Constatamos que o estudo da história e da ação da Banda Marcial da Foz do Douro se encontra ainda por fazer. Face a este panorama de escassez de fontes torna-se crucial o contacto com os atuais elementos constituintes da Banda, que se apresentam também eles como elementos da história do próprio agrupamento.

Considerações Finais

Para a compreensão, estudo, valorização e posterior proteção e salvaguarda do património local é essencial o contacto com a comunidade que nos fornece informação sobre o seu contexto temporal, espacial, social, devocional e artístico. É através do contacto direto com a comunidade que há a possibilidade de análise de fontes de cariz privado, às quais, de outra forma, o investigador não teria acesso.

Atualmente a comunidade da Foz já não é, na sua maioria, composta por pescadores e pilotos, mas sim por indivíduos de classes sociais mais abastadas que escolhem a Foz para viver. Somente a população mais envelhecida, nascida e criada na Foz, guarda memórias dos seus pais e avós, pilotos da barra, que rezavam à Senhora da Luz, da Lapa e dos Navegantes para que os trouxesse novamente a bom porto e acalmasse as ondas que os levavam a embater nas grandes rochas escondidas pela água. É esta a comunidade que ainda recorda com emoção a preparação das crianças vestidas

de anjos para a procissão do Senhor dos Passos e que ainda relembra as mudanças urbanas ao longo do último século que o território da Foz sofreu. Também a transferência de imagens devocionais dentro da igreja, ação que muitas vezes não é registada em documentos escritos, se encontra na ponta da língua das mulheres que todos os dias tratam de cada um dos elementos artísticos outrora pertencentes aos beneditinos.

A comunidade local afirma-se como um agente ativo na coprodução dialógica do património. A macro-história de carácter coletivo é sustentada pela memória oral dos indivíduos da comunidade, que se apresentam como agentes de conhecimento, essenciais para qualquer reconhecimento patrimonial. A memória oral recolhida necessita de ser confrontada com outras fontes. O questionar dos testemunhos orais recolhidos assenta na independência da investigação histórica que se baseia em métodos próprios desta ciência (Connerton, 1989: 16).

Ao longo deste processo de coprodução patrimonial foi-nos dado acesso a documentação visual de carácter privado, a documentação inédita existente no Arquivo Paroquial da Foz, que carece de organização e medidas de conservação preventivas; acesso aos locais de entrada restritos dentro da igreja e edifícios anexos; permissão para fotografar as peças (escultura, pintura, ourivesaria ou paramentos) necessárias para o desenvolvimento do trabalho e cedência de entrevistas presenciais, organizadas e espontâneas. Nesta relação investigador/comunidade é fomentado, na própria população, o sentido de identidade e pertença ao território, ativando memórias de realidades devocionais que hoje são refletidas na materialidade das estruturas que as comportavam como a igreja, capelas e passos. Esta participação direta permite a “construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local” ([S. a], 2014: 20). Tal “(...) ajuda a valorizar os bens patrimoniais, a prevenir a degradação, a incúria e o abandono a que muitos bens culturais estão votados” (Tinoco, 2012: 104). Este processo de partilha de conhecimento tem também como finalidade “criar cidadãos conscientes dos bens e dos recursos da sua própria terra e de permitir relacioná-los com os outros bens culturais do país e do mundo” (Tinoco, 2012:104).

Neste capítulo não analisamos ou descrevemos as práticas devocionais e culturais exaustivamente nem enfatizamos qualquer contributo do trabalho investigativo. Pretendemos, sim, refletir sobre a participação da comunidade no processo de coprodução de conhecimento relativo a estes bens patrimoniais. Assim, concluímos que é da nossa responsabilidade, enquanto investigadores e profissionais especializados, recolhermos estes testemunhos orais e documentação iconográfica de carácter privado, para que as vivências e memórias do tempo e do espaço não se percam.

Referências Bibliográficas

- Abreu, Regina & Chagas, Mário (2003). Os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. *Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 306-316.
- Abreu, Regina. (2003). A Emergência do Patrimônio Genético e a nova configuração do campo do Patrimônio. In Regina Abreu e Mário Chagas, *Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, p.34-48.
- Almeida, Carlos Alberto Ferreira de. (1998). *Patrimônio: o seu entendimento e a sua gestão*. Porto: Atnos.
- Almeida, Rosa Maria da Silva. (2016). Lugares de Aqui: Memórias e Narrativas no Ensino de História e Geografia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [Relatório de Estágio Mestrado em Ensino de História e Geografia no 2º ciclo do ensino básico e ensino secundário]
- Amaral, Maria da Conceição. [s.d.] Festa da Gastronomia nas Aldeias do Algarve: Projeto de dinamização regional. In Ana Catarina Ramos (ed.), *Memória dos Sabores do Mediterrâneo*. [S.l]: Campo Arqueológico de Mértola, p. 236-248.
- Ballart Hernández, Josep & Jordi, Juan Tresserras (2001). *Hestión del Patrimonio Cultural*. Barcelona: Ariel Patrimonio.
- Barros, Myriam Moares Lind de (1989). Memória e Família. *Estudos Históricos* v. 2, n. 3, p. 29-42.
- Choay, Françoise (1999). *A Alegoria do Patrimônio*. Lisboa: Edições 70.

Santos, Marisa Pereira (2020). A participação da comunidade no estudo das práticas devocionais e culturais da Foz do Douro. In Alice Duarte (ed.), *Seminários DEP/FLUP* vol. 1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, p. 216-232. <https://doi.org/10.21747/9789898969682/seminariosv1a10>

Connerton, Paul (1989). *Como as Sociedades Recordam*. Cambridge: Cambridge University Press.

Conselho da Europa. (2000). *Carta de Cracóvia 2000: Princípios para a conservação e o restauro do Património construído*, Cracóvia. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf> [Acesso a 29.10.2017 (20:45)]

CIAM. (1931). *Carta de Atenas*, Atenas. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf> [Acesso a 6.5.2017 (21:14)]

Conselho da Europa. (2005). Convenção Quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do Património Cultural para a Sociedade, Faro. *Resolução da Assembleia da Republica nº47/2008 de 12 de setembro*, Diário da República nº177/2008, Série I.

Costa, Marta Sofia. (2016). A construção da memória como instrumento de legitimação do presente: em torno da Crónica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó de D. Marcos da Cruz (século XVII). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Dissertação Mestrado em História e Património).

Diário da República, nº209/2001, I Série – A. *Lei de Bases do Património Cultural Português 107/2001*, 8 de setembro.

Halbwachs, Maurice (1990). *Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice.

Horta, Maria de Lourdes Parreiras (ed.) [s.d]. *Guião Básico da Educação Patrimonial*. Rio de Janeiro: Museu Imperial Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf [Acesso a 5.5.2017 (14:53)].

ICOMOS. (1964). *Carta de Veneza*, Veneza. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf> [Acesso a 6.5.2017 (21:16)]

ICOMOS. (1999). *Carta Internacional sobre Turismo Cultural*, México. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartaintsobreturismocultural1999.pdf> [Acesso a 30.10.2017 (16:01)]

ICOMOS. (2008). *Declaração: O Património como valor estratégico e oportunidade nacional*, Lisboa. Disponível em: <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/DeclaraPlataformaPPCULT.pdf> [Acesso a 30.10.2017]]

IPHAN [s.a.] (2014). *Educação Patrimonial: Histórico, Conceitos e Processos*. [S.l.]: IPHAN

Santos, Marisa Pereira (2020). A participação da comunidade no estudo das práticas devocionais e culturais da Foz do Douro. In Alice Duarte (ed.), *Seminários DEP/FLUP vol. 1*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, p. 216-232. <https://doi.org/10.21747/9789898969682/seminariosv1a10>

Morais, Allana Pessanha de [S.d]. *Educação Patrimonial nas Escolas: aprendendo a resgatar o Património Cultural*. [S. l]: [S. e]. Disponível em: <http://bit.ly/2iVRKUp> [Acesso a 4.9.2017 (11:48)]

Oliveira, Catarina [s.d]. O que comiam os nossos avós? A alimentação no sotavento Algarvio: projeto educativo com a comunidade em Vila Real de Santos António In Ana Catarina Ramos (ed.), *Memória dos Sabores do Mediterrâneo*. [S.l]: Campo Arqueológico de Mértola, p. 255-262.

ONU. (1948). *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, Paris. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf [Acesso a 6.1.2018 (15:03)]

ONU. (1972). *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*, Paris. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaooparaaProteccaoPatrimonioMundialCulturalNatural.pdf> [Acesso a 6.5.2017 (21:05)]

Pinto, Maria Helena Faria (2011). *Educação Histórica e Patrimonial: conceções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente*. Universidade do Minho: Instituto de Educação. (Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, especialidade em História e Ciências Sociais).

Sobral, José Manuel (1998). *Memória Social e Identidade. Experiências Individuais e Coletivas. Cadernos da Arrábida*, 3, p. 35-60.

Tinoco, Alfredo. (2012). *Educação patrimonial e aprendizagens curriculares – a História. Cadernos de Sociomuseologia*, n. 42, p. 101-111. ISSN 1646-3714. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2829> [Acesso a 4.9.2017 (13:33)]

UNESCO. (2015) *Education 2030, Incheon Declaration, toward inclusive and equitable quality education and lifelong learning for all*. Incheon: Unesco.